

4 JUN 1983

Medidas econômicas preocupam Governo

Con. Brasil

BRASÍLIA (O GLOBO) — Pela primeira vez o Governo Figueiredo está se preocupando com a repercussão política que pode ter um pacote de medidas econômicas. Embora tenha sido preparado pela mesma equipe que fez os anteriores — Ministros do Planejamento e Fazenda e Presidente do Banco Central — o atual pacote econômico está sendo abrandado pelos ministros que cuidam da parte política — os Chefes dos Gabinetes Civil e Militar e do Serviço Nacional de Informações — antes de ser submetido à aprovação do Presidente Figueiredo.

Apesar da naturalidade com que o Ministro Leitão de Abreu anunciou, no início da semana,

que o pacote econômico será divulgado no dia 7, a classe política interpretou a informação como um sinal claro de que as medidas a serem adotadas estão sendo previamente analisadas sob o ponto de vista político e com a verificação sobre o impacto que podem causar.

O pacote econômico já está pronto e só não foi divulgado até agora justamente porque os Ministros do Palácio do Planalto estão analisando sua repercussão na área política e social. É possível que na segunda-feira próxima as observações dos Ministros sejam anexadas ao pacote que foi preparado pela equipe econômica do Governo e sejam submeti-

das ao Presidente Figueiredo para aprovação.

Uma corrente da área econômica do Governo defende, por exemplo, a redução drástica da conta petróleo para ter, em contrapartida, a redução do déficit público. Esta medida, como foi apresentada, aumentaria violentamente o preço dos derivados do petróleo — em 50 por cento o preço da gasolina e em 35 por cento dos demais derivados.

Essa proposta foi combatida dentro da própria área econômica do Governo — que acha que o corte dos subsídios deve ser feito gradualmente — e pela parte política, cuja orientação o Presidente Figueiredo deve seguir, pois já afirmou a

um grupo de deputados que recebeu no início da semana que o corte do subsídio do petróleo e do trigo deve ser feito gradualmente, para reduzir o impacto dos preços sobre as classes média e baixa, e também porque o corte brusco gera inflação. Será nesse sentido que a área política do Governo vai atuar em relação ao pacote econômico: abrandando as medidas.

A preocupação política com o impacto de suas decisões na área econômica levou naturalmente o Palácio do Planalto a dar informações a seu Líder na Câmara, Nelson Marchezan, e ao Presidente do PDS, Senador José Sarney, em sucessivas reuniões no decorrer desta se-

mana. Por isso, pela primeira vez nos últimos anos, um político do PDS, no caso Marchezan, arriscou-se a comentar as informações oficiosas sobre o novo pacote econômico e a afirmar, na quarta-feira, que o Governo ainda não estava bem definido sobre as decisões que pretendia tomar. Marchezan disse mais: "Não represento um Governo que dá com uma mão e tira com a outra" e negou, desse modo, alterações na política salarial para anular os efeitos do acordo entre o PDS e o PTB na Câmara, que estendeu o INPC pleno nos reajustes semestrais para quem ganha até sete salários mínimos.

Cristina Mendes Lobo